

R

REVUE

REVISTA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA



ANO IV

Nº 7

JUNHO 2007

ILLE LOS DOCERIT OMNIA



O papel da Arqueologia na gestão de «Évora Património Mundial»

A questão da gestão e valorização do Património cultural e, dentro deste, do património arqueológico e arquitectónico, surge, um pouco por toda a Europa, a partir do séc. XIX, com o desenvolvimento do liberalismo; Portugal teve, neste domínio, alguma precocidade, com a legislação produzida, ainda no primeiro quartel do séc. XVIII, por D. João V. No entanto, na maior parte dos casos, estes movimentos não tiveram grandes repercussões práticas na gestão do Património

Como curiosidade, veja-se um texto de Alexandre Herculano, publicado no ano do centenário do seu nascimento, que insiste na necessidade de valorização e preservação dos monumentos históricos, mas tendo em vista objectivos de ordem turística/económica; trata-se claramente de um discurso orientado para a sensibilização dos decisores políticos, demonstrando, até certo ponto, que, nesta matéria, pouco mudou até aos nossos dias:

“Calculae quantos viajantes terão atravessado Portugal n'este seculo. De certo que não vieram cá para correrem nas nossas commodas diligencias pelas nossas bellas estradas, ou navegarem nos nossos rapidos vapores, pelos nossos amplos canaes: (...) mas para admirarem os mosteiros da Batalha, de Alcobaça e de Belem (...) e o templo romano de Évora (...) e enfim, tantas obras finas de architectura que encerra este cantinho do mundo. Crêdes que esses romeiros da arte voltam da romagem aos seus lares sem dispendir muito ouro, e esqueceis que esse ouro ficou por mãos portuguezas? E falaeis de economia politica, e anniquilaeis o capital dos monumentos?” (Herculano, 1910: 15)

Herculano tinha, aliás, repetidas vezes e de diversas formas, pugnado contra a destruição do património construído, exigindo que as autoridades, nomeadamente “o governo e as municipalidades vigiassem pela conservação d'estes monumentos, e podessem colhibir essas mesmas barbaras demolições (...)” (Herculano, 1839: 2).

Ao longo do séc. XX, com o desenvolvimento da Arqueologia como disciplina e como profissão e a criação de legislação cada vez mais adequada, assiste-se a uma notável consciencialização da opinião pública e dos seus representantes para a problemática da valorização/conservação não apenas do património construído, mas também dos vestígios arqueológicos soterrados. É, na verdade, a partir da década de oitenta com a Lei 13/85 (Lei de Bases do Património Cultural Português), a assinatura, em 1992, da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (promulgada pelo decreto 94/97), o desenvolvimento da Arqueologia Urbana e a criação de protocolos entre empresas, municípios e outras instituições, que surge uma politica mais consciente e responsável em relação ao património.



Leonor Rocha: foto Jorge Oliveira

É neste quadro político e cultural que o Centro Histórico de Évora é classificado, em 1986, como Património Mundial, pela UNESCO, mercê também do trabalho anteriormente realizado do grupo Pró-Évora que, durante o séc. XX, conseguiu impor uma política consistente de protecção do património desta cidade.

Muitos foram os arqueólogos e investigadores que durante os últimos 20 anos aqui trabalharam, pelo que será naturalmente impossível referir-se todas as intervenções arqueológicas realizadas, quer no âmbito de projectos de investigação, quer no âmbito de medidas de minimização de impactes sobre o património.

De uma forma geral, e analisada a base de dados *Endovético* (do Instituto Português de Arqueologia), verifica-se que nos últimos 25 anos se realizaram no Centro Histórico de Évora cerca de 85 intervenções arqueológicas, coordenadas por 55 arqueólogos, no âmbito de projectos de investigação e de medidas de minimização de impactes, em obras públicas ou particulares. No entanto, muitas destas intervenções foram realizadas de forma isolada e casuística, não foram integradas em nenhum plano e pouca utilidade tiveram na gestão e planeamento das intervenções efectuadas no Centro Histórico.

No âmbito da valorização do património do Centro de Histórico de Évora, a autarquia tem vindo a desenvolver, nos últimos anos, inúmeros trabalhos de recuperação de edifícios, de iluminação, de recuperação paisagística, de valorização e divulgação, de índole arqueológica – sobretudo a nível de minimizações, mas também algumas de prevenção.

A gestão deste vasto património deveria, em minha opinião, ser coordenada por um Gabinete de Arqueologia (já semelhança do

que existe noutras cidades com importantes centros históricos) ao qual competiria implementar um sistema de controlo e monitorização das intervenções realizadas no subsolo, privilegiar a salvaguarda, promover padrões de qualidade, centralizar o arquivo de informação existente e apoiar os promotores (públicos ou privados) na elaboração dos cadernos de encargos.

De facto, uma organização eficaz da informação permitiria criar um sistema de pré-avaliação e coordenação dos trabalhos, mais rápido e eficaz, e uma boa articulação entre os vários serviços e instituições:

A nível externo, caberá realçar o papel da Universidade de Évora que, através dos seus cursos de Arqueologia e Património, pode e deve contribuir para uma boa gestão deste património, até porque muitos dos académicos e investigadores têm sido os responsáveis científicos pelas intervenções arqueológicas realizadas.

Ao Estado, cabe assegurar uma boa gestão dos recursos (sobretudo financeiros) através dos vários organismos que tutelam as actividades ligadas ao património (arqueologia, museus, salvaguarda, valorização e divulgação, ordenamento, entre outras).

De um modo geral, todas as nossas principais cidades se deparam com problemas de arqueologia urbana, uma vez que as suas longas existências, enquanto urbes, as tornam, de certo modo, em sítios arqueológicos singulares, caracterizados por altos níveis de complexidade. Conciliar a informação do passado com os interesses económicos do presente nem sempre é fácil, mas cabe às autarquias assegurar que essa ligação se torne profícua para todas as partes.

Leonor Rocha

■ BIBLIOGRAFIA

- DINIZ, M. J. GONÇALVES, V.S. (1993-1994).
Na 2ª metade do séc. XIX: Luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *C. Arqueologia Portuguesa*, S. IV, 11/12. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 175-187.
- FABião, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. Almada. II, 50 e 58). Almada, 5 II, p. 104-126.
- HERCULANO, A. (1839).
Mas um brado a favor dos monumentos. *O Patriota*, Jornal Literário e Intelectual da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Vol. 3º, nº 94, Fevereiro, p. 50-52.
- HERCULANO, A. (1910).
Os Monumentos. *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portuguezes. No Centenario do Nascimento de Alexandre Herculano*, p. 15.